

1 Ata da **414<sup>a</sup>** Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do  
2 Adolescente de São José dos Pinhais – CMDCA/SJP, realizada em 15 de julho de 2025, de  
3 forma presencial no auditório da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), com  
4 início previsto para as 13h30min, para deliberar sobre a seguinte pauta: **1.** Abertura; **2.** Ata;  
5 **3.** Expedientes; **4.** Comissões; **5.** SEMUSEG – Anjos da Guarda; **6.** Doação Boticário; **7.**  
6 Vanessa – Fluxos de Atendimento; **8.** Outros; **9.** Informes Gerais; **10.** Data da próxima  
7 reunião ordinária. Participaram da reunião os conselheiros: Sidnei (Lar Mãe Maria), Ellen  
8 (Para Vida), Sandro (Monte Claro), Karina (Gerar), Vanessa (SEMAS), Luzia (SEMEL),  
9 Cassia (SETRAB), Fabiana (CIEE), Francynne (Unilehu), Jéssica (SEMED) e Clarezza  
10 (SEMS). Justificaram a ausência: Juliana (SEMUC), Karen (SEMS), Ellen (SEMED), Angela  
11 (SEMPLADE), Liliane (SEMFI), Gabriele (Patronato) e Euclides (Patronato). **1 –**  
12 **ABERTURA:** abertura da reunião realizada às 13h42min pela Presidente Vanessa e logo  
13 após, seguiu-se para a próxima pauta. **2 – ATA:** a ata da 413<sup>a</sup> reunião ordinária foi  
14 aprovada. **3 – EXPEDIENTES:** 1) Ofício nº 1137/2025 - Núcleo Regional de Educação:  
15 Denúncia quanto a conduta de conselheiros tutelares no tratamento de informações  
16 sigilosas. Deliberação: encaminhar para a Comissão de Ética. 2) Ofício nº 259/2025 –  
17 Conselho Tutelar Centro: Relatam que conselheiro suplente não conseguiu acesso ao  
18 SIPIA, permanecendo sem lançar registros e encaminhamentos no sistema durante todo o  
19 período em que foi suplente, inclusive em outros momentos. Relatam que a dificuldade está  
20 relacionada com o acesso no Gov.BR. Deliberação: solicitar parecer da Procuradoria Geral  
21 do Município questionando sobre a legalidade em não convocar o suplente caso a situação  
22 não seja regularizada, visto que a utilização do sistema é obrigatório, inclusive previsto na  
23 legislação do Conselho Tutelar. Ainda, quando assina o Termo de Posse, se compromete a  
24 cumprir todas as obrigações inerentes ao cargo. 3) Ofício nº 524/2025 – GERAR: Protocolo  
25 de atualização de curso de aprendizagem. Deliberação: encaminhar para a Comissão de  
26 Assessoramento. 4) Ofício nº 209/2025 – Conselho Tutelar Guatupê: Em resposta ao Ofício  
27 nº 084/2025, encaminha o fluxo de atendimento do profissional de apoio técnico do  
28 Conselho Tutelar. Deliberação: os conselheiros de direito que participaram da reunião de  
29 alinhamento analisarão o documento, e após, será encaminhada cópia ao Ministério  
30 Público. 5) Ofício nº 275/2025 – Conselho Tutelar Centro: Solicitação de férias de  
31 conselheira tutelar: Laury Kozanda. Deliberação: Arquivar. 6) Ofício nº 276/2025 –  
32 Conselho Tutelar Centro: informa que a Conselheira Tutelar Laury passa a ser  
33 coordenadora da Regional Centro. Deliberação: Arquivar. 7) Ofício nº 28/2025 - Escola de

34 Cidadania CMSJP: Requerimento nº 03/2025 do Parlamento Jovem 2024-2025,  
35 questionando se há Comitê de Participação de Adolescentes no município. Deliberação:  
36 encaminhar para a Comissão de Políticas. 8) Ofício nº 1137/2025 – SEMAS: Em resposta  
37 ao Ofício nº 085/2025, informam que o saldo disponível no FMDCA (Fundo Municipal da  
38 Criança e Adolescente) é de R\$ 864.239,61 (oitocentos e sessenta e quatro mil duzentos e  
39 trinta e nove reais e sessenta e um centavos), e se colocam à disposição para elaboração  
40 do Edital de Chamamento Público em conjunto com o CMDCA. Deliberação: A elaboração  
41 do Edital ficará sob responsabilidade da Comissão do Fundo, com a substituição dos  
42 representantes das entidades Patronato Santo Antônio e Lar Mãe Maria por representante  
43 do CIEE, pois ambos pretendem participar do processo de seleção. 9) Processo nº  
44 0000989-84.2025.8.16.0203 – Vara da Infância e da Juventude: Solicitam, no prazo de 15  
45 dias, resposta informando acerca das providências adotadas sobre conduta de Conselheiro  
46 Tutelar. Deliberação: encaminhar para a Comissão de Ética. 10) Ofício nº 215/2025 –  
47 Conselho Tutelar Guatupê: Informa mudança na coordenação da unidade – Coordenadora:  
48 Sandy Aline Graczyk e Secretaria: Elisabete Barleto de Paula. Deliberação: Arquivar. 11)  
49 Ofício nº 624/2025 – Ministério Público: Informa reiterada falta de resposta por Conselheiro  
50 Tutelar e solicita adoção de providências cabíveis, com prazo de 30 dias. Deliberação:  
51 encaminhar para a Comissão de Ética. 12) Ofício nº 636/2025 – Ministério Público: Solicita,  
52 no prazo de 45 dias, o Plano Decenal atualizado dos Direitos da Criança e do Adolescente.  
53 Deliberação: agendar reunião com o GGI para alinhamento. Participarão da reunião os  
54 conselheiros Vanessa, Cassia, Sandro e Sidnei e a Secretária-Executiva Monique. 13)  
55 Instituto Afro Indígena: Documentação para inscrição. Deliberação: encaminhar para a  
56 Comissão de Assessoramento. 14) Núcleo Regional: Encaminha o material “Os direitos de  
57 crianças e adolescentes e a erradicação do trabalho infantil”, do Centro Marista de Defesa  
58 da Infância, que traz recomendações aos conselhos de direitos para o combate ao trabalho  
59 infantil. Deliberação: Arquivar. 15) Ofício nº 1264/2025 – SEMAS: Relatório de empenhos  
60 pagos de junho/2025. Deliberação: encaminhar para a Comissão do Fundo. 16) Ofício  
61 Circular nº 07/2025 – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente  
62 (CEDCA/PR): informa atualização no SIPIA e relatam que vários municípios não  
63 apresentam registros no sistema, o que impacta negativamente o monitoramento de  
64 violações de direitos e a formulação de políticas públicas, e que a situação se agrava  
65 quando se trata de crianças e adolescentes indígenas, sendo uma clara lacuna no  
66 reconhecimento de suas especificidades. Deliberação: Enviar o documento para os

67 Conselhos Tutelares. **4 – COMISSÕES: Ética**: A conselheira Cássia apresentou os  
68 pareceres, sendo: Denúncia nº 52/2025: sugere-se o arquivamento, visto que não há  
69 elementos que configurem conduta irregular, e o parecer foi aprovado pelo colegiado.  
70 Denúncia nº 54/2025, foram encaminhados pedidos de esclarecimentos adicionais, visando  
71 a complementação das informações para adequada avaliação do caso, e aguardam  
72 resposta. **Assessoramento**: A presidente Vanessa comunicou que foi realizada uma reunião  
73 com representante da instituição High School, com o objetivo de tratar das pendências  
74 identificadas e aguardam envio da documentação solicitada. **5 – SECRETARIA**  
75 **MUNICIPAL DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL (SEMUSEG) – ANJOS DA GUARDA**:  
76 Participaram da reunião os Guardas Municipais (GM) Samarone, chefe da Divisão  
77 Especializada, e Fraiz, coordenadora do Observatório. O GM Samarone agradece o convite  
78 para a capacitação da rede, realizada pelo palestrante Luciano Betiate, citando que foi  
79 muito enriquecedor para o aprimoramento das práticas de proteção à criança e ao  
80 adolescente e agradece também a oportunidade de participar desta reunião para uma  
81 aproximação junto ao conselho. Explica que a Divisão Especializada é responsável por  
82 coordenar a Patrulha Anjos da Guarda, Patrulha Escolar e Comunitária e Observatório da  
83 GM, entre outras, e esclareceu as dúvidas dos conselheiros. Relata que a Patrulha Anjos  
84 da Guarda é composta por dois guardas municipais, uma viatura e um coordenador, que  
85 atualmente é a GM Sonia, e o principal objetivo é o acompanhamento das medidas  
86 protetivas de crianças e adolescentes vítimas de violência e as demandas são  
87 encaminhadas pelo Poder Judiciário através do sistema Projudi. A conselheira Cassia  
88 pergunta se eles recebem capacitações e orientações, principalmente por lidarem com  
89 situações de violência contra criança e adolescente, e a equipe da GM informa que não  
90 dessa forma específica. Explicam que a seleção dos Guardas para essas atividades está  
91 muito relacionada ao perfil dos servidores, e que a prefeitura realiza periodicamente a  
92 Requalificação, que visa aprimorar as técnicas e o conhecimento dos agentes da GM. A  
93 GM Fraiz explica que, apesar de ter curso de escuta especializada, boa parte do  
94 conhecimento é empírico, e ressalta que a SEMUSEG também conta com Centro de  
95 Formação e Aperfeiçoamento da Guarda Municipal, que está em tratativas para ofertar  
96 capacitações mais específicas, como população em situação de rua e pessoa idosa, e  
97 outras propostas também podem ser apresentadas. A equipe também menciona que a  
98 secretaria conta com o apoio técnico de uma assistente social e é ela quem faz os  
99 atendimentos e o contatos necessários, como por exemplo, com o conselho tutelar. O GM

100 Samarone manifesta que a Guarda Municipal gostaria de fazer parte do CMDCA, e a  
101 conselheira Cassia explica que não é possível pois a composição está prevista na  
102 legislação do conselho, mas ressalta que as reuniões do CMDCA são abertas e é  
103 importante que eles participem. A Secretaria Executiva encaminhará cópia do calendário de  
104 reuniões ordinárias. Os conselheiros informam que a demanda que originou o pedido de  
105 participação da GM na reunião foram denúncias referentes ao tratamento de guardas  
106 municipais no atendimento a crianças e adolescentes. A equipe da GM concorda com a  
107 importância na qualificação dos agentes e na inclusão dos temas discutidos nas  
108 Capacitações e por fim, ressaltam a importância de desmistificar a imagem negativa que  
109 parte da população ainda tem sobre a Guarda Municipal e o Conselho Tutelar. Acreditam,  
110 também, que o alinhamento entre os diferentes atores da rede de proteção contribuirá  
111 significativamente para a melhor organização das demandas dos serviços envolvidos. **6 –**  
112 **DOAÇÃO BOTICÁRIO:** Monique informou sobre a chegada de uma nova doação  
113 destinada ao FMDCA através de produtos. Diante disso, a presidente Vanessa sugeriu que,  
114 para uma distribuição mais equitativa, sejam verificados os beneficiários das últimas  
115 doações, bem como fizesse o levantamento atualizado de crianças e adolescentes  
116 atendidos nas instituições. A proposta foi aprovada pelo colegiado e a Secretaria Executiva  
117 providenciará a distribuição dos itens. **7 – VANESSA – FLUXOS DE ATENDIMENTO:** A  
118 presidente Vanessa compartilhou que participou da Capacitação da Rede, conduzida pelo  
119 palestrante Luciano Betiate, a qual contou com a presença de diversos conselheiros  
120 tutelares. Contudo, ela destacou a ausência de representantes do CMDCA, pontuando que  
121 essa participação seria importante diante dos temas abordados. Segundo a presidente, o  
122 encontro foi extremamente produtivo, com discussões aprofundadas sobre o papel da rede  
123 de proteção e a necessidade de articulação intersetorial. Ressaltou que o palestrante fez  
124 uma leitura detalhada e reflexiva do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA),  
125 analisando cada artigo com ênfase na aplicação prática. Diante disso, Vanessa propôs a  
126 criação de uma nova comissão com a finalidade de revisar os fluxos de atendimento  
127 existentes no município, de forma a adequá-los às demandas atuais da rede. Informou que  
128 as servidoras Joélia (Proteção Social Básica) e Eliana (Proteção Social Especial) da  
129 SEMAS também participaram da capacitação demonstraram interesse em compor essa  
130 comissão, contribuindo tecnicamente para a reformulação dos fluxos, bem como a  
131 servidora Ellen, da SEMED. A Conselheira Jessica também se dispôs a participar da  
132 reunião. Será feito o convite para que representantes das demais secretarias que

133 participaram da capacitação possam contribuir com a reunião para alinhamento do fluxo  
134 municipal. Com aprovação do colegiado, foi incluída mais uma pauta na reunião  
135 **INSTITUTO KÓPHER – PLANO DE AÇÃO:** A coordenadora Gerusa iniciou sua fala  
136 agradecendo ao Conselho pelo espaço e pela parceria constante nas ações voltadas à  
137 proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes. Na ocasião, estava acompanhada  
138 da assistente social Sirlene, com quem compartilhou o propósito de inscrever a instituição  
139 em um edital de seleção de projetos promovido pelo Banco Regional de Desenvolvimento  
140 Do Extremo Sul – BRDE. Gerusa explicou que o referido edital visa apoiar iniciativas  
141 sociais que promovam o fortalecimento de políticas públicas, e a participação da instituição  
142 dependeria da autorização e aprovação prévia do CMDCA ao Plano de Ação, conforme as  
143 exigências do regulamento. Apresentaram o projeto “Crescer e Transformar”, no valor de  
144 R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais), que tem como foco a ampliação e  
145 adequação da estrutura física da instituição, para garantir ambientes acessíveis, seguros e  
146 funcionais para o atendimento direto de adolescentes e jovens. As obras previstas incluem:  
147 construção de salas de aula e espaços de oficinas; construção de salas de atendimento  
148 individual e grupal; reforma de banheiros com acessibilidade universal; adequação da área  
149 externa e de convivência e equipagem dos espaços com mobiliário e ventilação. O projeto  
150 beneficiará diretamente 150 (cento e cinquenta) adolescentes e jovens, com idades entre  
151 10 e 18 anos, em situação de vulnerabilidade social, regularmente atendidos pelo Instituto  
152 Kopher e indiretamente Aproximadamente 300 (trezentos) familiares, que receberão  
153 orientações, encaminhamentos e participarão de ações comunitárias, além da comunidade  
154 local, com acesso a eventos, palestras, campanhas e atividades na nova estrutura. As  
155 conselheiras Cássia e Sidnei ressaltaram a importância de a instituição efetuar o registro  
156 junto ao CMDCA, tendo em vista que suas atividades envolvem o atendimento a crianças,  
157 o que justifica e reforça a relevância dessa orientação. As Conselheira Cassia e Sidnei  
158 orientam sobre o registro da instituição, visto que atualmente só possuem inscrição de um  
159 Programa no CMDCA. Após a apresentação e explicações, o Plano de Ação foi aprovado  
160 pelo colegiado. **8 – OUTROS:** 1) Os conselheiros Sandro e Francynne relataram que  
161 acompanharam a visita técnica ao Centro da Juventude (CJ) realizada por representantes  
162 do CEDCA/PR e da Coordenação Estadual dos Direitos da Juventude. A visita foi motivada  
163 por uma denúncia recebida pelo CEDCA/PR, segundo a qual o espaço do CJ estaria sendo  
164 parcialmente utilizado para atividades destinadas ao público adulto e idoso, o que contraria  
165 a finalidade original do equipamento, voltado prioritariamente ao atendimento de crianças,

166 adolescentes e jovens. O CEDCA/PR reforçou a responsabilidade do CMDCA na  
167 fiscalização do CJ e demais equipamentos que atendem crianças e adolescentes. Durante  
168 a visita, questionaram o coordenador do CJ sobre o plano de ação da unidade, buscando  
169 compreender como está sendo realizada a utilização dos espaços e quais atividades estão  
170 sendo efetivamente ofertadas à população juvenil e o CEDCA/PR orientou sobre a  
171 regularização no atendimento, sob pena de “perder” a gestão do equipamento, que  
172 passaria a ser de responsabilidade do Estado. Diante de outras demandas apresentadas  
173 pelos conselheiros, foi deliberado encaminhar Ofício à SEMAS solicitando esclarecimento  
174 sobre o Plano de Trabalho, controle de acesso à unidade, quadro funcional, cursos e  
175 oficinas ofertadas e o número de inscritos e projetos dos Agentes da Cidadania. 2) O  
176 Conselheiro Sandro, representante do CMDCA no Conselho Municipal de Educação,  
177 informa que realizou visita à Escola Municipal Papa Paulo para averiguar a situação da  
178 estrutura da unidade, que é compartilhado com uma escola estadual. Durante a visita,  
179 observou-se que crianças de faixas etárias mais jovens dividem o mesmo ambiente com  
180 adolescentes, e essa mistura geracional em um único espaço físico levantou alertas por  
181 parte dos conselheiros, tendo em vista que os adolescentes, por sua fase de  
182 desenvolvimento, frequentemente utilizam linguagem inadequada, expressam  
183 comportamentos típicos da idade, como o uso de palavrões e apresentam atitudes que  
184 podem não ser apropriadas ao convívio direto com crianças menores, principalmente em  
185 espaços escolares que deveriam prezar pelo desenvolvimento pedagógico e emocional de  
186 acordo com cada faixa etária. Citou ainda uma situação relacionada à responsabilidade dos  
187 alunos que ficam no contraturno na instituição Patronato Santo Antônio e após retornam  
188 para a escola para aguardar os responsáveis buscá-los. A demanda foi discutida na  
189 reunião passada, e foi encaminhado ofício para a SEMED, solicitando esclarecimento  
190 sobre a construção de um novo local para a Escola, e o colegiado aguardará a resposta  
191 para verificar demais encaminhamentos necessários. 3) Considerando a lentidão e  
192 dificuldade no uso do computador do auditório, conforme constatado pelos presentes,  
193 sugeriu-se encaminhar Ofício à SEMAS solicitando a substituição do equipamento, que  
194 vêm prejudicando o andamento das atividades realizadas no espaço. **9 – INFORMES**  
195 **GERAIS:** não houve. **10 – DATA DA PRÓXIMA REUNIÃO ORDINÁRIA:** 05 de agosto de  
196 2025, às 13h30min, no auditório da SEMAS. Nada mais, a Presidente Vanessa de Fátima  
197 Wolf de Pauli encerrou a presente reunião e eu, Camila Hiromi Abe, lavrei essa ata que  
198 após lida será aprovada.